



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 21 de dezembro de 2012 (08.01)
(Or. en)**

14254/12

**COPEN 211
EJN 71
EUROJUST 88**

NOTA DE ENVIO

de:	Jan Store, Representante Permanente, Representação Permanente da Finlândia junto da União Europeia
para:	Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral, Conselho da União Europeia
data de receção:	30 de novembro de 2012
Assunto:	Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva – Notificação da execução da Decisão-Quadro do Conselho pela Finlândia

A Representação Permanente da Finlândia tem a honra de junto enviar a notificação de execução, por parte da Finlândia, e as disposições de aplicação da Decisão-Quadro 2009/829/JAI.

(Fórmula de cortesia)

(ass.) Jan Store

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Secção de redação legislativa

22.11.2012

OM 15/41/2010

EU/2006/1311

Representante Permanente da Finlândia junto da União Europeia
Rue de Trèves 100
1040 Bruxelas
Bélgica

DECISÃO-QUADRO 2009/829/JAI DO CONSELHO RELATIVA À APLICAÇÃO, ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA, DO PRINCÍPIO DO RECONHECIMENTO MÚTUO ÀS DECISÕES SOBRE MEDIDAS DE CONTROLO, EM ALTERNATIVA À PRISÃO PREVENTIVA

O Ministério da Justiça solicita à Representação Permanente da Finlândia junto da União Europeia que transmita a notificação de execução e as disposições de aplicação em anexo, respeitantes à Decisão-Quadro 2009/829/JAI, ao Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia e à Comissão Europeia.

Confirmamos que as disposições de aplicação entraram em vigor em 1 de dezembro de 2012.

Diretor-Geral (assinatura)
Pekka Nurmi

Conselheira (assinatura)
Sanna Mikkola

Anexo: Notificação de execução por parte da Finlândia
Disposições de aplicação

NOTIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO DE LEGISLAÇÃO DA UE

Para: Secretariado-Geral do Conselho e Comissão

De: Finlândia

Ato legislativo a notificar: Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva

Legislação nacional relativa à aplicação da Decisão-Quadro:

620/2012

Lei sobre a aplicação nacional de disposições relativas ao domínio legislativo da Decisão-Quadro sobre medidas de controlo decididas em alternativa à prisão preventiva, e aplicação da Decisão-Quadro (620/2012).

621/2012

Lei que altera o artigo 2.º da Lei sobre a entrega, por infração penal, entre a Finlândia e os outros Estados-Membros da União Europeia (621/2012).

Aplicação nas Ilhas Åland

A supramencionada legislação nacional entra automaticamente em vigor também na província das Ilhas Åland.

1. Autoridades competentes (artigos 6.º, n.º 1, e 7.º, n.º 3, da Decisão-Quadro)

Quando a Finlândia é o Estado de execução, são as seguintes as autoridades competentes para reconhecer uma decisão sobre medidas de controlo:

- Procuradores do tribunal de comarca na jurisdição do tribunal de comarca de Helsínquia, caso esteja previsto organizar o controlo na área de jurisdição do Tribunal da Relação de Helsínquia ou Kouvola;
- Procuradores do tribunal de comarca na jurisdição do tribunal de comarca da Savónia do Norte, caso esteja previsto organizar o controlo na área de jurisdição do Tribunal da Relação da Finlândia Oriental;
- Procuradores do tribunal de comarca na jurisdição do tribunal de comarca de Oulu, caso esteja previsto organizar o controlo na área de jurisdição do Tribunal da Relação de Rovaniemi;
- Procuradores do tribunal de comarca na jurisdição do tribunal de comarca de Pirkanmaa, caso esteja previsto organizar o controlo na área de jurisdição do Tribunal da Relação de Turku ou Vaasa;

Qualquer um dos procuradores acima referidos pode decidir reconhecer uma decisão independentemente do Tribunal da Relação em cuja jurisdição se pretenda organizar o controlo, caso assim se considere adequado para efeitos de execução da decisão sobre medidas de controlo, ou por qualquer outro motivo especial.

A autoridade que decide do reconhecimento é também competente para decidir da adaptação das medidas de controlo.

Quando a Finlândia é o Estado de emissão, são as seguintes as autoridades competentes para decidir das medidas de controlo:

- Procurador designado para o processo penal em causa;
- Tribunal que se ocupa do pedido de detenção (tribunal de comarca, tribunal da relação ou tribunal supremo).

A autoridade a que se refere o artigo 7.º da Decisão-Quadro é o Ministério da Justiça. As autoridades dos outros Estados-Membros podem contactar os respetivos Ministérios da Justiça acerca de questões relacionadas com o procedimento no âmbito da Decisão-Quadro.

2. Medidas de controlo (artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro)

Quando é o Estado de execução, a Finlândia apenas monitoriza as medidas de controlo a que se refere o artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro.

3. Envio à Finlândia de uma decisão sobre medidas de controlo com o consentimento das autoridades competentes (artigo 9.º, n.º 4, da Decisão-Quadro)

A Finlândia pode aceitar uma decisão sobre medidas de controlo com o consentimento das autoridades que decidem do reconhecimento nos casos a que se refere o artigo 9.º, n.º 2, da Decisão-Quadro ou se a pessoa em causa não tiver residência permanente na Finlândia. Pode ser dado consentimento se a pessoa em causa tiver pedido que o controlo seja organizado na Finlândia e se tal se justificar em virtude das circunstâncias pessoais do interessado, ou por qualquer outro motivo.

4. Línguas (artigo 24.º da Decisão-Quadro)

A Finlândia aceita comunicações em finlandês, em sueco e em inglês, em conformidade com a Decisão-Quadro. A autoridade competente também pode aceitar comunicações noutras línguas, se nada mais obstar.